



Câmara Municipal de São Paulo

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

01 - FL
01-0133/1999

ART 1º - Ficam extintas as Administrações Regionais no âmbito do município de São Paulo, por total falta de respaldo na Lei Orgânica do Município, de 04/04/90.

ART 2º - Fica, por conseguinte, também extinta a Secretaria das Administrações Regionais.

ART 3º - Criam-se, para o auxílio na administração do município, as Subprefeituras, obedecendo-se o disposto no artigo 77 da mesma Lei Orgânica do Município, sendo que o município será dividido em 17(dezessete) Subprefeituras, a saber:

1. Subprefeitura do Butantã,
2. Subprefeitura do Campo Belo,
3. Subprefeitura do Campo Limpo,
4. Subprefeitura de Capela do Socorro,
5. Subprefeitura do Centro,
6. Subprefeitura da Freguesia do Ó,
7. Subprefeitura de Itaquera,
8. Subprefeitura da Lapa
9. Subprefeitura da Moóca,
10. Subprefeitura da Penha,
11. Subprefeitura de Pinheiros,
12. Subprefeitura de Pirituba,
13. Subprefeitura de Santana,
14. Subprefeitura de Santo Amaro
15. Subprefeitura de São Miguel
16. Subprefeitura de Vila Maria,
17. Subprefeitura de Vila Mariana.



Câmara Municipal de São Paulo

ART 4º - Os limites territoriais de cada Subprefeitura são os seguintes:

SUBPREFEITURA Butantã

DISTRITOS/BAIRROS

Butantã
Morumbi
Raposo Tavares
Rio Pequeno
Vila Sonia

Campo Belo

Americanópolis
Brooklin
Campo Belo
Moema
Vila Mascote
Vila Santa Catarina

Campo Limpo

Campo Limpo
Capão Redondo
Jardim Angela
Jardim São Luis
Vila Andrade

Capela do Socorro

Cidade Dutra
Grajaú
Marsilac
Parelheiros
Socorro

Centro

Bela Vista
Bom Retiro
Brás
Cambuci
Consolação
Liberdade
Pari
República
Santa Cecília
Sé



Câmara Municipal de São Paulo

Freguesia do Ó

Brasilândia
Cachoeirinha
Freguesia do Ó
Limão

Itaquera

Cidade Lider
Cidade Tiradentes

Guaianazes

Iguatemi
Itaquera
José Bonifácio
Lajeado
Parque do Carmo
São Rafael
São Mateus

Lapa

Barra Funda
Jaguare
Lapa
Perdizes
Vila Leopoldina

Moóca

Água Rasa
Aricanduva
Belém
Carrão
Moóca
São Lucas
Sapopemba
Tatuapé
Vila Formosa
Vila Prudente

Penha

Arthur Alvim
Cangaíba
Ermelino Matarazzo
Penha
Ponte Rasa
Vila Matilde



Câmara Municipal de São Paulo

Pinheiros

Alto de Pinheiros
Itaim Bibi
Jardim Paulista
Pinheiros

Pirituba

Ananguera
Jaraguá
Perus
Pirituba
Parada de Taipas
São Domingos

Santana

Casa Verde
Jaçanã
Mandaqui
Santana
Tremenbé
Tucuruvi

Santo Amaro

Campo Grande
Cidade Ademar
Pedreira
Santo Amaro

São Miguel

Itaim Paulista
Jardim Helena
São Miguel
Vila Curuçã
Vila Jacuí

Vila Maria

Vila Guilherme
Vila Maria
Vila Medeiros

Vila Mariana

Cursino
Ipiranga
Jabaquara
Sacomã
Saúde
Vila Mariana



Câmara Municipal de São Paulo

ART 5º - A escolha dos Subprefeitos deverá indispensavelmente ser efetuada da seguinte forma:

I – O Prefeito, ouvido o Conselho de Representantes, criado de conformidade com o Artigo 9º desta Lei, encaminhará à Câmara Municipal uma lista tríplice, contendo nomes de cidadãos maiores de 18(dezoito) anos, de ilibada reputação, no pleno gozo de seus direitos políticos, portadores de diplomas de curso superior reconhecido pela legislação vigente;

II – A Câmara Municipal de São Paulo deverá, num prazo de 45(quarenta e cinco) dias contados a partir da entrada da indicação conforme I, para aprovar um dos nomes constantes na referida lista, aprovação esta que requererá quorum de 2/3 dos seus membros.

III – Ultrapassado o prazo acima, a escolha deverá ser realizada pelo Prefeito, respeitados os nomes apresentados na lista tríplice conforme item I.

IV – Caso a Câmara Municipal rejeite a lista tríplice, o Prefeito terá o prazo de 15(quinze) dias para remeter nova lista para apreciação.

V – Havendo nova rejeição, a escolha ficará definitivamente a critério do Prefeito, respeitada a segunda lista.

Parágrafo Único – Dentro do prazo estabelecido no inciso II acima, a Câmara Municipal deverá promover 02(duas) audiências públicas para ampla discussão, com a participação da sociedade civil organizada, a fim de debater sobre a listra tríplice objeto deste artigo.

ART 6º - O Prefeito não poderá deixar de enviar a lista tríplice de que trata esta Lei, sob pena de responsabilidade.

ART 7º - A exoneração do Subprefeito dar-se-á mediante comunicação à Câmara Municipal e, imediato envio, por parte do Prefeito de nova lista tríplice, atendendo novamente ao disposto nesta Lei.

ART 8º - Ao Subprefeito compete exercer as seguintes atividades, dentro dos limites territoriais da sua respectiva Subprefeitura, estabelecidos no Artigo 4º desta Lei :

I – Coordenar e supervisionar a execução das atividades e programas da Subprefeitura, de acordo com as diretrizes, programas e normas estabelecidas pelo Prefeito;

II – Sugerir à administração municipal, com a aprovação do Conselho de Representantes composto conforme a presente Lei, prioridades orçamentárias relativas aos serviços, obras e atividades a serem realizadas no território da sua Subprefeitura;

III – Propor à administração municipal, de forma integrada com os órgãos setoriais competentes e aprovação do Conselho de Representantes, prioridades



Câmara Municipal de São Paulo

orçamentárias relativas aos serviços, obras e atividades a serem realizadas no território da sua Subprefeitura;

IV – outras atividades que lhe forem atribuídas por lei ou decreto.

ART. 9º - Atendendo ao disposto nos artigos 8º e 9º da Lei Orgânica do Município, ficam criados, no âmbito de cada Subprefeitura, os Conselhos de Representantes cujos membros serão eleitos, pelo voto direto e secreto dos eleitores inscritos na Zona ou Zonas Eleitorais englobadas pelas áreas delimitadas conforme artigo 4º, entre os cidadãos maiores de 18(dezoito) anos, residentes na jurisdição de cada Subprefeitura há pelo menos 05(cinco) anos da data de cada eleição, e no gozo de seus plenos direitos políticos.

Parágrafo Único – Para a realização da eleição do Conselho de Representantes, o Poder Executivo solicitará o concurso dos órgãos competentes.

ART 10º - Cada Conselho de Representantes será composto de 07(sete) membros e seus respectivos suplentes, cujo mandato será de 02(dois) anos, sem direito a reeleição.

ART. 11º - Os conselheiros não receberão remuneração a qualquer título.

ART 12º - Caberá ao Conselho de Representantes:

I – Participar, em nível local, do processo de planejamento municipal e, em especial, da elaboração de propostas de diretrizes orçamentárias e do orçamento municipal, bem como do Plano Diretor e das respectivas revisões;

II – Participar, em nível local, da fiscalização da execução do orçamento e dos demais atos da administração municipal;

III – Encaminhar representações ao Executivo e à Câmara Municipal, a respeito das questões relacionadas com o interesse da população local;

IV – Opinar sobre a implantação de plano e projetos setoriais no que diz respeito aos aspectos relacionados com a Subprefeitura;

V – Elaborar, por maioria de votos, a lista tríplice de nomes para a indicação do Subprefeito;

VI – Elaborar o seu Regimento Interno;

VII – Outras atribuições que lhe forem conferidas por Lei ou Decreto.

Parágrafo 1º - O Conselho de Representantes reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo uma vez por mês.

Parágrafo 2º - O Conselho de Representantes deliberará por maioria de votos, uma vez presente a maioria dos seus membros.



Câmara Municipal de São Paulo

Art. 13º - As Subprefeituras contarão com dotação orçamentária própria, oriunda do orçamento municipal, dotação esta que deverá ser aprovada por quorum de 2/3 da Câmara Municipal.

At 14º - Como sendo parte da administração direta do município, caberá às Subprefeituras todas as atividades setoriais de planejamento e de controle que competem à Prefeitura como um todo.

ART 15º - O Poder Executivo tem o prazo de 90(noventa) dias para cumprir com o disposto nesta Lei.

ART 16º - Durante o período de transição estipulado no artigo anterior, os Subprefeitos serão indicados pelo Prefeito, atendidos os incisos II à V do artigo 4º desta Lei.

ART 17º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, de abril de 1999

Ana Maria Quadros
ANA MARIA QUADROS
VEREADORA



Câmara Municipal de São Paulo

JUSTIFICATIVAS

A existência das Administrações Regionais, conforme fartamente conhecido, não tem conseguido atingir os mínimos objetivos de melhoria da qualidade de vida do cidadão paulistano.

Não obstante, tem sido foco de inúmeras irregularidades, sendo verdadeiros vetores de corrupção.

Acima de tudo a existência das Administrações Regionais é totalmente inconstitucional, pois não tem nenhum amparo na LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, de 04/04/90.

O que consta no referido instrumento legal, no seu artigo 77 são Subprefeituras, o que a presente Lei vem tornar factível.

Nos artigos 8º e 9º da Lei Maior que rege todas as atividades do município, é exigida a criação de Conselhos compostos de representantes eleitos ou designados, a fim de assegurar a adequada participação, democrática e organizada, de todos os cidadãos nas decisões da administração pública, o que, também, a presente Lei vem tornar real, obrigando a administração municipal a cumprir com as disposições constitucionais.

Visa, também, a presente propositura tornar a administração municipal a mais profissional possível, viabilizando desta forma a implantação racional, econômica e objetiva de um plano diretor municipal que possa ser duradouro, tornando-a uma administração gerencial transparente e adequada à grandeza de São Paulo e aos anseios do cidadão-cliente.

Já que o Poder Executivo Municipal, nos últimos nove anos, não cumpriu com os seus deveres constitucionais, que é acatar e fazer cumprir a LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, de 04/40/90, é dever desta Câmara exercer o seu direito de exigir tal cumprimento, conforme principalmente o constante no artigo 13, incisos I, XIII, XIV, XVI e XVIII da referida Lei Maior Municipal.

mmr